

## EXTENSÃO RURAL, CAPITALISMO E COLONIALIDADE DO CAMPO PELA REVOLUÇÃO VERDE

### RURAL EXTENSION, CAPITALISM, AND COLONIALITY OF THE COUNTRYSIDE THROUGH THE GREEN REVOLUTION

### EXTENSIÓN RURAL, CAPITALISMO Y COLONIALIDAD DEL CAMPO POR LA REVOLUCIÓN VERDE

Éder Batista da Silva<sup>1</sup>  
Anderson Fernandes de Alencar<sup>2</sup>  
Júlia Figueredo Benzaquen<sup>3</sup>

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo investigar o processo de implantação da Extensão Rural no Brasil à luz das concepções colonialistas associadas à Revolução Verde. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise histórico-social da introdução dessas ideias no país e de seus impactos na formulação do modelo de Extensão Rural implementado durante o período da Ditadura Militar. Como recorte temporal, delimitou-se o período compreendido entre o pós Segunda Guerra Mundial, com ênfase no início da década de 1960, até o início dos anos 1980, fase em que as diretrizes da Revolução Verde foram amplamente difundidas por técnicos vinculados a agências de pesquisa e instituições públicas de Extensão Rural. Os resultados indicam que, embora essa perspectiva de desenvolvimento tenha promovido, no curto prazo, avanços econômicos relevantes, também produziu efeitos sociais e ambientais adversos que se estenderam ao longo das décadas seguintes. Destacam-se, entre esses efeitos, a intensificação da concentração fundiária voltada à produção de commodities agrícolas e o conseqüente agravamento da exclusão social no país.

**Palavras-chave:** Políticas públicas. Colonização. Desenvolvimento.

<sup>1</sup> Bacharel em Eng. Florestal, Discente do curso de Pós-Graduação Doutorado Profissional em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT - Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE.

<sup>2</sup> Orientador. Docente do curso de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - UFRPE.

<sup>3</sup> Coorientadora. Docente do curso de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - UFRPE.

**ABSTRACT:** The aim of this article is to investigate the process of establishing Rural Extension in Brazil in the light of the colonialist concepts associated with the Green Revolution. The research adopts a qualitative approach, based on a historical and social analysis of the introduction of these ideas into the country and their impact on the formulation of the Rural Extension model implemented during the period of the military dictatorship. The time frame covers the period from the post-World War II era, with an emphasis on the early 1960s, to the early 1980s, a phase in which the guidelines of the Green Revolution were widely disseminated by technical staff linked to research agencies and public Rural Extension institutions. The results indicate that, although this development perspective promoted significant economic advances in the short term, it also produced adverse social and environmental effects that extended over the following decades. Among these effects, the intensification of land concentration geared towards the production of agricultural commodities and the consequent worsening of social exclusion in the country stand out.

**Keywords:** Public policies. Colonization. Development.

**RESUMEN:** El presente artículo tiene como objetivo investigar el proceso de implantación de la extensión rural en Brasil a la luz de las concepciones colonialistas asociadas a la Revolución Verde. La investigación adopta un enfoque cualitativo, basado en el análisis histórico-social de la introducción de estas ideas en el país y de sus repercusiones en la formulación del modelo de extensión rural aplicado durante el período de la dictadura militar. Como marco temporal, se delimitó el período comprendido entre el posguerra de la Segunda Guerra Mundial, con énfasis en el inicio de la década de 1960, hasta principios de los años 1980, fase en la que las directrices de la Revolución Verde fueron ampliamente difundidas por técnicos vinculados a agencias de investigación e instituciones públicas de Extensión Rural. Los resultados indican que, aunque esta perspectiva de desarrollo promovió, a corto plazo, avances económicos relevantes, también produjo efectos sociales y ambientales adversos que se prolongaron a lo largo de las décadas siguientes. Entre estos efectos destacan la intensificación de la concentración de la propiedad de la tierra orientada a la producción de productos agrícolas básicos y el consiguiente agravamiento de la exclusión social en el país.

**Palabras clave:** Políticas públicas. Colonización. Desarrollo.

## INTRODUÇÃO

Ao longo de sua história, a humanidade demonstrou notável capacidade de transformação, alterando, quando necessário, seus modos de produção e o entorno em que se insere. Entre tais mudanças, destaca-se, por sua relevância e amplas consequências, a adoção do modo de produção capitalista, entendido também como modo de vida e como ideologia hegemônica que estrutura as formas de pensar da sociedade contemporânea (DOWBOR, 2017).

Esse sistema influencia diretamente as formas atuais de produção, que se baseiam cada vez mais na exploração dos bens naturais para atender à demanda crescente fomentada pelos hábitos de consumo da sociedade. Essa demanda é, por sua vez, modelada por normas, modos de organização, instituições políticas e práticas culturais (DOWBOR, 2017).

No âmbito desse sistema econômico, cuja lógica produtiva é predatória e orientada prioritariamente pela busca do lucro e pela acumulação de capital, prevalece a lógica da mais-valia, caracterizada pela exploração dos elos mais frágeis da cadeia produtiva: em benefício de poucos, muitos são submetidos à exploração (SOUZA, 2003). Tal dinâmica estende-se aos recursos naturais, frequentemente utilizados de forma descontrolada até o esgotamento, sem consideração por limites ecológicos, priorizando exclusivamente a geração de benefícios e acentuando a exclusão social das camadas mais vulneráveis da sociedade.

Em razão dessa lógica predatória de alcance global, o aumento das concentrações de renda, conhecimentos, tecnologias e poder político tornou-se marca das sociedades capitalistas, sobretudo em países periféricos da modernidade tardia, como o Brasil (SOUZA, 2003), influenciando progressivamente o cotidiano dos indivíduos e cerceando direitos e liberdades de escolha. Essas concentrações moldam orientações relativas às formas de produção, aos padrões de consumo e ao acesso à informação, às tecnologias e aos bens naturais (CAPORAL, 2014).

Nesse sentido, o objetivo deste texto é analisar como foi construída a concepção de desenvolvimento adotada no país durante o regime militar de 1964 e avaliar os impactos desse projeto sobre o meio rural. Busca-se, assim, discutir como o sistema capitalista promoveu uma espécie de “colonização do espaço rural” por meio da Revolução Verde, além de demonstrar de que maneira a Extensão Rural foi instrumentalizada como vetor difusor dessas ideias e atuou como principal agente executor desse processo colonizador no Brasil.

O controle do rural constituiu-se, portanto, em uma forma de domínio sobre recursos, trabalho, conhecimentos e, sobretudo, capital, articulado por relações de poder inspiradas na

perspectiva capitalista. Em outras palavras, ainda que o colonialismo formal tenha sido superado, seus pressupostos permanecem enraizados em discursos e práticas cotidianas, alimentando uma persistente colonialidade, isto é, a reprodução de uma lógica excludente e hierarquizante (MIGNOLO, 2017).

A colonialidade tende a submeter indivíduos e territórios dominados a processos de objetificação e relegação a posições de inferioridade em relação ao grupo dominante, produzindo discursos sociais que reforçam fenômenos como o racismo e a xenofobia (QUIJANO, 2005; (MIGNOLO, 2017). Na América Latina, tais narrativas foram amplamente disseminadas para legitimar relações de dominação enquadradas pelos Estados Unidos no pós guerra, contribuindo para a marginalização e invisibilização dos saberes oriundos dos países considerados “subdesenvolvidos” e favorecendo a difusão da lógica excludente do capitalismo científico por meio da Revolução Verde (CAPORAL, 2014).

### O caminho investigativo

A metodologia adotada na pesquisa que originou este artigo é de caráter qualitativo, baseada em análise histórico social, com o objetivo de investigar a difusão das ideias colonialistas associadas à Revolução Verde no Brasil e seus efeitos na construção da concepção de Extensão Rural instituída durante o período do regime militar no país.

Como recorte temporal, delimitou-se o período histórico brasileiro compreendido entre pós Segunda Guerra Mundial, com ênfase na segunda metade da década de 1960 até o início da década de 1980, intervalo no qual as propostas e tecnologias da Revolução Verde foram intensamente disseminadas no país.

Quanto às fontes, foram consultados portais institucionais de Secretarias e Órgãos Federais do Governo Brasileiro— vinculados aos Ministérios da: Agricultura e Pecuária; Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; e Pesca e Aquicultura — que tratam diretamente da temática da Extensão Rural. Esses documentos oficiais foram analisados para compreender a implementação do processo de Extensão Rural e as bases ideológicas que sustentaram esse modelo de desenvolvimento no período estudado.

## Desenvolvimento e colonialidade no meio rural

A partir do discurso proferido por Harry Truman, em 1949, consolidou-se a ideia de que todas as nações deveriam percorrer a mesma trajetória econômica trilhada pelos países considerados desenvolvidos, como condição para alcançar o desenvolvimento. Tal concepção serviu como justificativa para a difusão, de caráter imperialista, do modelo de sociedade estadunidense, apresentado como referência universal a ser seguida pelos demais países (FURTADO, 1987).

Nesse contexto, Celso Furtado (1987) destaca que, no período pós-Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945), os países classificados como subdesenvolvidos passaram a aderir ao chamado “mito do desenvolvimento”, orientando seus projetos nacionais pela busca de padrões de vida semelhantes aos observados nas nações desenvolvidas.

Ao discutir o termo desenvolvimento e seus impactos sobre a sociedade, Esteva (2000) destaca que:

A palavra sempre tem um sentido de mudança favorável, de um passo do simples para o complexo, do inferior para o superior, do pior para o melhor. Indica que estamos progredindo porque estamos avançando segundo uma lei universal necessária e inevitável, e na direção de uma meta desejável. [...] Porém, para dois terços da população mundial, esse significado positivo da palavra “desenvolvimento” – profundamente enraizado dois séculos depois de sua construção social – é um lembrete daquilo que eles não são. Faz com que se lembrem de uma condição indesejável e indigna. Para escapar dessa condição, precisam escravizar-se a experiências e sonhos alheios (ESTEVA, 2000, p. 64).

5

Desse modo, a corrida desenvolvimentista passou a se fundamentar em processos de colonização de povos e países considerados menos desenvolvidos, constituindo elemento central para a difusão global do modelo capitalista e industrial. Tal dinâmica influenciou profundamente as estruturas econômicas, políticas e os padrões locais de produção e consumo, ao mesmo tempo em que desconsiderou as especificidades socioculturais dos povos tradicionais, marginalizando seus saberes e experiências ancestrais (FURTADO, 1987).

Ao alcançar o meio rural dos países subdesenvolvidos, por meio da Revolução Verde, a globalização promoveu a incorporação de inovações tecnológicas na produção agrícola e industrial (WOLFART, 2015). Nesse contexto de expansão do modelo estadunidense, a Revolução Verde impulsionou a consolidação de um amplo mercado de insumos químicos e maquinários oriundos do período da Segunda Guerra Mundial, os quais passaram a ser

difundidos como soluções técnicas para os problemas agrícolas dos países do chamado Terceiro Mundo, sob a legitimação do discurso científico (ANTUNES et al., 2017).

A Revolução Verde emerge, portanto, no pós-Segunda Guerra Mundial, a partir de 1945, em um cenário internacional marcado por economias fragilizadas em decorrência das perdas humanas e da destruição de recursos naturais e materiais (MACHADO e MACHADO FILHO, 2014). Paralelamente, verificava-se o agravamento da fome e da pobreza em diversas regiões do globo, especialmente nos continentes africano, asiático e latino-americano (SOUZA, 2003).

Com o término do conflito mundial, as indústrias químicas e bélicas que sustentaram o esforço de guerra, principalmente nos Estados Unidos, passaram a enfrentar um significativo acumulado em seus estoques. Diante dessa conjuntura, tais insumos foram redirecionados aos países subdesenvolvidos, sob o argumento da necessidade de ampliação da produção de alimentos, na forma de agrotóxicos, fertilizantes e maquinário agrícola, como tratores, colheitadeiras e implementos diversos. Esse processo promoveu transformações estruturais nas práticas agrícolas em escala global (MACHADO e MACHADO FILHO, 2014).

No Brasil, a partir da segunda metade da década de 1950, especialmente durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956 - 1960), consolidou-se o chamado período desenvolvimentista, caracterizado pela intensificação da industrialização e pela ampliação da entrada de capital estrangeiro, reforçando uma lógica econômica pautada no crescimento e na exploração dos recursos naturais (CAPORAL, 2014). Nesse contexto, a Revolução Verde teve início ainda na década de 1950, associada ao discurso de modernização de uma agricultura considerada atrasada, consolidando-se, contudo, a partir da década de 1960 (CAPORAL, 2014).

Trazido dos Estados Unidos, este novo modelo tecnológico de produção agrícola e pecuária, com investimentos massivos em três áreas da ciência – mecânica, química e biologia – gerando conhecimentos e tecnologias nestas áreas, objetivando a introdução da mecanização agrícola, os insumos químicos (venenos e fertilizantes) para as plantas, os medicamentos veterinários e as sementes modernas, ditas “melhoradas” (GÖRGEN, 2017, p. 47).

Com a instauração da ditadura militar em 1964, o modelo desenvolvimentista, inspirado nos princípios da Revolução Verde, foi amplamente difundido sob o argumento de modernizar a agricultura e ampliar a produção de alimentos (MACHADO e MACHADO FILHO, 2014). Contudo, na prática, o que de fato se viu foi a intensificação da adoção dos chamados “pacotes tecnológicos”, concebidos para aplicação integral nas atividades agropecuárias, os quais

passaram a constituir a base da política agrícola oficial do Estado Brasileiro nesse período (MACHADO e MACHADO FILHO, 2014).

Diante da necessidade de persuadir os agricultores a modificar suas práticas produtivas, o Estado Brasileiro passou a implementar estratégias e políticas de caráter colonialista, que impuseram transformações nas formas de produção, trabalho e organização da agricultura. Nesse contexto, instituiu-se a Extensão Rural orientada pelos pressupostos da Revolução Verde, frequentemente fundamentada na desqualificação dos saberes tradicionais dos sujeitos do campo, concebidos como desprovidos de conhecimento técnico (FONSECA, 1985; FREIRE, 2011; GÖRGEN, 2017).

Entre as diversas estratégias adotadas pelo regime militar para promover a adesão dos agricultores, destaca-se o processo sistemático de negação e desestruturação das realidades rurais, fenômeno que José Graziano da Silva (1981) denominou de a “modernização dolorosa” do campo. Neste sentido, destacamos alguns pontos relevantes para nossa reflexão:

1. Campanhas que buscavam mostrar a Revolução verde como sinônimo de modernidade e desenvolvimento do campo através da adoção dos pacotes tecnológicos, enquanto as formas tradicionais de produção eram mostradas como sendo velhas e atrasadas, representando o atraso no campo (FONSECA, 1985; SILVA, 1981);
2. Estruturação da pesquisa agropecuária pública com o intuito de testar e formular novos pacotes e receitas para atender as demandas da indústria nacional, através da criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, além da implantação e o fortalecimento dos centros de pesquisas nas diversas regiões do país (SILVA, 1981; CAPORAL, 2014).
3. Ampliação dos serviços de assistência técnica, que uma década mais tarde culminou na criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - Embrater, e as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ematers como mecanismos de verticalização dos pacotes tecnológicos (MACHADO e MACHADO FILHO, 2014).
4. Criação de grandes cooperativas com a intencionalidade de massificar o modelo e viabilizar a adoção de monocultivos (Silva, 1981).
5. Implantação da política de crédito para financiar a indústria de máquinas, implementos e insumos, em detrimento das reais necessidades e desejos dos agricultores (PRIORI et al, 2012).

Instituída ano de 1966, essa política tinha como principal objetivo financiar a aquisição do pacote tecnológico por médios e grandes produtores rurais, especialmente aqueles voltados à adoção de sistemas de monocultura (SILVA, 1981). A partir dessas iniciativas estatais, consolidaram-se as condições necessárias para a continuidade do processo da “modernização dolorosa” do campo, conduzido sob a lógica do sistema capitalista.

Tal processo esteve ancorado em uma concepção de caráter colonialista, segundo a qual a incorporação intensiva de tecnologias implicaria na redução da necessidade de mão de obra no

processo produtivo, reforçando dinâmicas de exclusão no meio rural (SILVA, 1981; GONÇALVES NETO, 1997).

Como consequência desse processo enviesado de modernização, destacamos ainda três efeitos negativos, que marcaram o campo brasileiro durante esse período, sendo eles:

1. O endividamento dos pequenos agricultores que, ao ficarem impossibilitados de quitar os empréstimos de créditos, foram forçados a se desfazer de suas terras, vendendo-as para os grandes produtores para poder quitar seus débitos e ficar livre das dívidas (GONÇALVES NETO, 1997). Isso fomentou a concentração fundiária e o agravamento do êxodo rural, uma vez que as grandes áreas de monocultivos empregam pouca mão de obra devido à sua mecanização, resultando num intenso exército de reserva para as indústrias e cidades (GONÇALVES NETO, 1997; PRIORI ET AL, 2012).
2. O aumento da dependência dos pequenos agricultores pelos insumos das indústrias de adubos químicos, que passaram a substituir os adubos naturais sob orientação dos institutos de Extensão Rural com a finalidade de alcançar uma maior produção, viabilizando o investimento realizado através do crédito agrícola (ARAÚJO, 2007; PRIORI et al, 2012). Dependência química que gerava grandes prejuízos, pois o pacote tecnológico adotado não dialogava com as peculiaridades dos solos tropicais, tampouco era compatível com a realidade dos pequenos agricultores.
3. Redução da produção de alimentos para o mercado interno e o intenso aumento da produção de grãos para exportação, que gerou uma forte dependência da política de mercado externo, que favorecia e forçava a importação de alimentos para abastecer o mercado internacional (CAPORAL, 2014).

Os efeitos anteriormente destacados contribuíram diretamente para a intensificação de uma das principais mazelas do país nesse período: as desigualdades sociais, particularmente entre as populações do meio rural e aquelas dos grandes centros urbanos. Esse quadro também atuou como fator indutor dos processos de êxodo rural, impulsionando a migração de contingentes populacionais para os grandes centros urbanos do país em busca de melhores condições de vida e trabalho. Como consequência, observou-se a conformação de um complexo processo de favelização nos centros urbanos, decorrente da incapacidade dessas áreas de absorver, de forma adequada, o elevado número de pessoas migrantes do mundo rural, o que resultou na ampliação das desigualdades socioespaciais (CAPORAL, 2014).

### **Extensão rural e colonialidade no campo**

O processo de transição da agricultura tradicional para a agricultura intensiva ou moderna no pós guerra, impulsionado pela lógica da colonialista da Revolução Verde, resultou, sobretudo, em uma acentuada dependência da agricultura nacional em relação ao setor industrial (CAPORAL, 2014). Nesse contexto, Shiva (2003) já advertia que a homogeneização das práticas

agrícolas em escala global se caracteriza pela negligência em relação aos impactos ambientais e à desconsideração dos sistemas tradicionais de produção.

Tal processo de homogeneização foi intensificado no contexto geopolítico da Guerra Fria, marcado pela rivalidade entre Estados Unidos e União Soviética. O receio, por parte dos Estados Unidos, de que populações em situação de fome se tornassem mais suscetíveis à influência comunista motivou a implementação de programas de “assistência” voltados aos países considerados pobres ou subdesenvolvidos, especialmente na América Latina (DOWBOR, 2017).

A homogeneização dos sistemas produtivos contou, ainda, com o apoio de instituições como a Fundação Rockefeller, que, sob o discurso de combate à fome do planeta, desenvolveu e difundiu inúmeras tecnologias associadas a um modelo de agricultura “moderna”, pautado no uso de variedades de alta produtividade, insumos químicos e mecanização agrícola (FONSECA, 1985; CAPORAL, 2014). Esse processo foi acompanhado por um robusto aparato institucional de transferência de tecnologia e difusão de conhecimentos, sustentado por agências de fomento e serviços de Extensão Rural nos países receptores do chamado “milagre da modernização agrícola”. Tais instituições atuavam desde a formação de técnicos até a concessão de crédito rural, orientando a adoção de práticas alinhadas ao modelo estadunidense de desenvolvimento (CAPORAL, 2014).

No Brasil, embora a modernização da agricultura tenha se iniciado no final da década de 1950, foi a partir do final dos anos 1960 e início dos anos 1970 que a Extensão Rural adquiriu maior relevância, especialmente com a criação da Embrapa no ano de 1973 (CAPORAL, 2014).

Sob essa perspectiva, a modernização da agricultura brasileira, fortemente apoiada pelo Estado, sobretudo na expansão das fronteiras agrícolas, atingiu seu ápice entre os anos de 1969 e 1973, período em que ficou conhecido como o “milagre econômico”. Esse período foi marcado pelo incentivo à adoção de maquinário e insumos voltados a modelos extensivos de produção de alimentos, fibras e biocombustíveis, promovendo significativo aumento da produtividade do setor, porém também gerou efeitos adversos relevantes para o meio rural e para a economia, que só foram perceptíveis nos anos subsequentes (SILVA e BOTELHO, 2014).

Conforme destaca Olinger (1996), a Extensão Rural no Brasil foi estruturada com o propósito de orientar os agricultores a produzir segundo os parâmetros da modernidade difundidos por agências internacionais, onde o objetivo central consistia em “habilitar o

agricultor e sua família para obter maior produtividade resultante do trabalho realizado, através do uso racional dos fatores de produção, principalmente dos novos insumos, maquinário e do crédito” (OLINGER, 1996, p. 12).

Durante esse período, a Extensão Rural no Brasil adotou estratégias de educação informal predominantemente voltadas à transmissão de conhecimentos técnicos aos agricultores. Esse modelo foi amplamente criticado por Paulo Freire (2011) em sua obra “Extensão ou Comunicação?”, onde analisava os impactos da adoção de uma ideologia que desconsiderava os saberes e as experiências dos sujeitos do campo, tratando-os como “tábulas rasas” e desvalorizando suas práticas e conhecimentos (FREIRE, 2011).

Como o objetivo desse processo (des)educativo de caráter colonial, era facilitar a incorporação de pacotes tecnológicos, os pequenos produtores não conseguiram se adaptar às exigências impostas por esse novo modelo produtivo. A incapacidade de atingir níveis de produtividade compatíveis com as demandas do mercado comprometeu a permanência desses agricultores em suas atividades e, conseqüentemente, em seus territórios (VIEBRANTZ, 2009).

Como consequência por não alcançarem as condições mínimas para se manter da terra e de sua própria produção, inúmeros pequenos agricultores foram compelidos a abandonar suas formas tradicionais de produzir e viver para buscar novas alternativas de renda, processo que contribuiu para o intenso êxodo rural em direção às periferias dos grandes centros urbanos em busca de trabalho assalariado (VIEBRANTZ, 2009).

No imaginário das elites dominantes país, especialmente durante a década de 1970 e sob influência do regime militar, a população rural era percebida como potencialmente suscetível à ideologia comunista (SOUZA, 2003). Diante dessa percepção, a superação do chamado “atraso agrícola” passou a ser tratada como prioridade estratégica para a manutenção da ordem e da “soberania nacional”. A modernização do campo, orientada por uma perspectiva tecnicista e produtivista, desenvolvida a partir do trabalho dos extensionistas para facilitar a aceitação de novas práticas de cultivo agrícola foi então promovida como instrumento de contenção ideológica a fim de evitar que ocorresse a instauração do comunismo entre os sujeitos do campo (VIEBRANTZ, 2009).

Para tanto, a Extensão Rural foi estruturada a partir de um modelo (des)educacional difusionista e de caráter colonial, fundamentado na premissa de que seria necessário transformar os conhecimentos, valores e práticas dos agricultores. Esse processo visava

promover mudanças comportamentais e produtivas por meio da disseminação de técnicas consideradas modernas, subordinando a produção agrícola às exigências do mercado, em detrimento das necessidades locais (VIEBRANTZ, 2009; FREIRE, 2011; CAPORAL, 2014).

Nesse contexto, Freire (2011) problematiza a atuação do extensionista rural, ao evidenciar que sua prática, orientada por uma pedagogia transmissiva e excludente, não estimulava a reflexão crítica sobre os fundamentos da própria Extensão Rural. Tal abordagem concebia a educação como mera transferência de conhecimentos legitimados que partiam do técnico para o agricultor, desconsiderando os saberes locais e reforçando a subordinação dos sujeitos do campo às dinâmicas do mercado (FREIRE, 2011; CAPORAL, 2014).

### **A extensão rural como ferramenta de desenvolvimento contra colonial**

Instituída durante o regime militar por meio da Lei Federal 6.126/1974, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural -EMBRATER (BRASIL, 1984), definiu a Assistência Técnica e Extensão Rural -ATER como: “um processo educativo com o objetivo de contribuir para a elevação da produção, da produtividade, da renda e da qualidade de vida das famílias rurais, sem danos ao meio ambiente” (SANTOS, 2008, p. 3). Tal definição, contudo, revela-se limitada e reducionista, por não abarcar a complexidade e a multidimensionalidade inerentes à prática da Extensão Rural.

Em contraposição, Turchielo e Vela (2004, p. 107) propõem uma concepção mais abrangente, ao definirem a Extensão Rural como “um processo educativo não formal com vistas à melhoria da família rural em seus diferentes aspectos sociais, econômicos, tecnológicos, educativos, culturais e, mais recentemente, ambientais”.

Os autores destacam, ainda, que essa concepção é dinâmica e se transforma conforme os contextos históricos e conjunturais, de modo que a Extensão Rural, desde sua origem até suas estruturas organizacionais, tende a refletir os interesses do Estado enquanto agente promotor do desenvolvimento nacional (TURCHIELO; VELA, 2004).

Ao considerar que os interesses estatais frequentemente se articulam aos interesses dos setores capitalistas e de suas redes de poder, observa-se que as ações no campo da Extensão Rural tendem a reproduzir um discurso científico de caráter mecanicista e finalístico, utilizado como instrumento de legitimação das práticas do sistema hegemônico, orientadas, em grande maioria, pela lógica da acumulação de capital (ANTUNES et al., 2017).

Nesse contexto, a ciência moderna desempenha papel central na sustentação dessa estrutura de poder, sendo frequentemente mobilizada como instrumento de legitimação do capitalismo hegemônico. Tal processo apoia-se em uma base ideológica fundamentada no discurso do progresso, no qual o desenvolvimento sustentável, por vezes, assume caráter meramente retórico de uma aquarela de uma única cor, sendo apropriado como elemento discursivo que busca conferir legitimidade às práticas econômicas dominantes que são transvestidas de responsabilidade ambiental (ANTUNES et al., 2017).

Contudo, as respostas produzidas pelo capitalismo científico não foram suficientes para enfrentar os complexos problemas que emergiram nos cenários contemporâneos, sobretudo nas dimensões social e ambiental. Nesse sentido, Lacerda e da Silva (2018), destacam que:

O modelo clássico de desenvolvimento, centrado na busca incessante pelo crescimento econômico, não conseguiu promover a emancipação de muitos países e comunidades, ao passo que contribuiu para o agravamento da crise ambiental, tornando urgente a busca por outros modelos de desenvolvimento (LACERDA e DA SILVA, 2018, p. 295).

A concepção de desenvolvimento entendida como sinônimo de progresso promoveu, em determinados contextos, avanços econômicos relevantes; contudo, também ocasionou expressivos impactos sociais e ambientais, levando a sociedade contemporânea a questionar a viabilidade e os limites desse paradigma.

Esse modelo desenvolvimentista, ancorado em pressupostos considerados obsoletos, excludentes e individualistas, estrutura-se a partir de políticas de cunho colonialista, voltadas à manutenção de relações de dominação. Tais diretrizes são frequentemente legitimadas pelo chamado capitalismo científico, que, em geral, negligencia as questões relacionadas às injustiças sociais, contribuindo para o aprofundamento das desigualdades econômicas e sociais (SOUZA, 2003; DOWBOR, 2017).

Cabe destacar que a problemática ambiental passou a integrar de forma mais consistente o debate sobre desenvolvimento apenas a partir da década de 1970, aproximadamente três décadas após o período de acelerado crescimento econômico dos países industrializados. Esse atraso ocorreu em um contexto já marcado por significativos impactos ambientais nos países subdesenvolvidos, o que contribuiu ainda mais para a intensificação de suas vulnerabilidades sociais (RAYNAUT et al., 2000).

Até a década de 1970, as teorias de desenvolvimento econômico concebidas para interpretar o capitalismo não levavam em conta os componentes ambientais – fossem eles renováveis ou não – como o esgotamento dos recursos naturais, a poluição ou a destruição dos ecossistemas. A desconsideração desses aspectos deve-se, sobretudo, ao

fato de que, até aquele momento, a pressão das atividades humanas sobre o meio ainda não havia atingido um nível crítico. Foi, portanto, a partir dos anos 1970, quando as questões do meio ambiente e dos recursos naturais passam a configurar um problema para a humanidade, que elas começam a ser entendidas e tratadas enquanto tais no âmbito das teorias econômicas (Fernandez, 2011, p. 112).

Com o surgimento dessas novas condicionantes, que agravaram as vulnerabilidades sociais, intensificaram-se também os questionamentos acerca dos limites da exploração dos bens ambientais, como forma de contraposição à lógica predatória de sua utilização descontrolada em escala global (RAYNAUT et al., 2000).

A partir dessas problematizações, iniciaram-se debates sobre a finitude dos recursos naturais disponíveis no planeta, com especial atenção aos riscos associados ao crescimento populacional. Nesse sentido, destaca-se que “um aumento contínuo e rápido da população mundial e da demanda de produtos alimentares e de outros gêneros iria induzir uma pressão global excessiva sobre os recursos disponíveis e sobre os sistemas naturais” (RAYNAUT et al., 2000, p. 2).

Diante das limitações dos modelos de desenvolvimento dominantes que são socialmente excludentes e ambientalmente insustentáveis, emergiram discussões voltadas à formulação de alternativas, orientadas pela valorização das características locais como elemento central para impulsionar o desenvolvimento, com ênfase nos aspectos sociais e ambientais (MAGRIN, 2015).

A relevância das localidades no debate para construção de outros modelos de desenvolvimento tornou-se ainda mais evidente a partir da década de 1980, com a intensificação do processo de globalização, que ampliou a difusão de tecnologias de comunicação e informação em escala mundial (MELLO e CALLOU, 2010).

Nesse contexto, é possível compreender que a Extensão Rural deve orientar-se pela valorização do protagonismo dos sujeitos do meio rural, fundamentando-se em uma perspectiva que reconheça o pluralismo das realidades do campo e se afaste de concepções colonialistas baseadas no assistencialismo e na persuasão.

Conforme argumenta Freire (2011), esse processo deve ser conduzido pelo diálogo, uma vez que a ação educativa no âmbito da Extensão Rural não se restringe à transferência unilateral de conhecimentos, mas configura-se como um espaço de construção compartilhada de saberes entre os sujeitos envolvidos e suas realidades de vida.

A partir das contribuições de Paulo Freire, propõe-se, portanto, uma reconfiguração da Extensão Rural que se contraponha à lógica colonialista que historicamente orientou suas práticas, especialmente no período em que esteve alicerçada em uma concepção reducionista de desenvolvimento, entendida exclusivamente como resultado do progresso econômico (TURCHIELO e VELA, 2004).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o término da Segunda Guerra Mundial, o cenário geopolítico internacional passou a ser marcado pela polarização entre duas grandes correntes ideológicas, o capitalismo e o comunismo, que estruturaram as disputas ao longo da Guerra Fria. Nesse contexto, com o objetivo de consolidar sua hegemonia econômica e expandir o sistema capitalista, os Estados Unidos direcionaram seus esforços para a abertura de novos mercados, especialmente nos setores público e privado dos países subdesenvolvidos.

Essa estratégia de escoamento de insumos e maquinários no período pós guerra desencadeou um intenso processo de colonialidade no meio rural, promovendo a reconfiguração de práticas, técnicas, hábitos e políticas, de modo a torná-los compatíveis com a ideologia desenvolvimentista de matriz estadunidense, difundida por meio da Revolução Verde.

Nesse processo, a Extensão Rural foi instrumentalizada como um mecanismo indutor das ações do agente colonialista. O trabalho dos extensionistas rurais passou a desempenhar papel central na ampliação do alcance do capitalismo no campo, frequentemente baseado na desqualificação dos saberes, práticas e formas de organização dos sujeitos rurais, considerados atrasados e, portanto, necessitados de “modernização” para se adequar às novas exigências produtivas.

Tal orientação (des)educativa da Extensão Rural fundamentava-se em uma concepção desenvolvimentista ancorada em bases ideológicas capitalistas e colonialistas, que equiparava desenvolvimento a progresso e industrialização, desconsiderando os impactos negativos desse modelo, especialmente no que se refere às questões ambientais e à preservação dos bens naturais do planeta.

No Brasil, particularmente durante o regime militar instaurado em 1964, foram implementadas diversas políticas públicas voltadas à viabilização desse modelo de

desenvolvimento no campo. Destacam-se, nesse sentido, a concessão de crédito e subsídios para aquisição de insumos e equipamentos agrícolas, como fertilizantes, agrotóxicos e maquinário.

Paralelamente, promoveram-se iniciativas voltadas à formação de docentes das escolas de Agronomia por meio de capacitações no exterior, à criação de instituições de pesquisa agropecuária em níveis nacional e estadual e à estruturação de um sistema nacional de Extensão Rural, com capilaridade nos estados, visando facilitar a difusão e adoção das novas tecnologias pelos agricultores.

Em decorrência da concepção inicial de Extensão Rural adotada no país, diversos efeitos negativos foram observados após o processo de modernização intensiva do campo. Entre eles, destacam-se o êxodo rural, o aumento da concentração fundiária, o uso intensivo de insumos químicos com conseqüente contaminação ambiental, e o desgaste do solo decorrente de práticas produtivas inadequadas. A combinação desses fatores contribuiu significativamente para o agravamento das desigualdades sociais no país.

A partir das contribuições de Paulo Freire, que problematizou os efeitos nocivos de uma Extensão Rural orientada por uma lógica colonialista, passou-se a discutir essa prática sob uma perspectiva alternativa, centrada na valorização do protagonismo dos sujeitos do campo. Essa abordagem reconhece o pluralismo das realidades rurais e propõe a superação da lógica unidirecional de transferência de conhecimento, em favor de processos dialógicos que considerem os saberes locais e a diversidade sociocultural existente no meio rural.

## REFERÊNCIAS

1. ANTUNES, J. et al. Narrativa crítica acerca do desenvolvimento sustentável: quais relações podemos estabelecer? **REMEA**, [S.l.], v. 34, n. 2, p. 57-75, set. 2017.
2. ARAÚJO, P. et al. Política de crédito para a agricultura brasileira quarenta e cinco anos à procura do desenvolvimento. **Revista de Política Agrícola**, ano 16, n.4, p. 27-51, out. 2007.
3. BRASIL. **Lei Federal nº 6.126**, de 6 de novembro de 1974. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e dá outras providências.
4. CAPORAL, F. R. Extensão rural como política pública: a difícil tarefa de avaliar. In: SAMBUICHI, R. H. L. et al. (Org.). **Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas**. Brasília: Ipea, 2014. 273 p.
5. DOWBOR, L. **A era do capital improdutivo: por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2017. 320p.

6. ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. (Ed.). **Dicionário do desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 59-83.
7. FERNANDEZ, B. P. M. Ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável e economia ecológica: em que sentido representam alternativas ao paradigma de desenvolvimento tradicional? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 23, p. 109-120, jan. 2011.
8. FONSECA, M.T S. **A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital**. São Paulo, Loyola, 1985. 191p.
9. FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1987.
10. FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 15ª Ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2011.
11. GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980)**. São Paulo: Hucitec, 1997.
12. GÖRGEN, S. A. **Trincheiras da resistência camponeses: sob o pacto do poder do agronegócio**. Candiota: Instituto Cultural Padre Josimo, 2017. 616p.
13. LACERDA, R. S.; DA SILVA, G. M. Desafios para a construção do conceito afrocentrado de desenvolvimento em comunidades quilombolas no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 45, p. 294-315, abr. 2018.
14. MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. **Dialética da agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2014, 360p.
15. MAGRIN, E. F. **Programa Sertão Sustentável e capital social** [manuscrito]: interface para o desenvolvimento sustentável local na comunidade quilombola Fonseca no Município de Manaíra, PB. 114f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade Estadual da Paraíba. 2015.
16. MELLO, M. A. A. V.; CALLOU, A. B. F. Tecnologia Social, Extensão Rural e Desenvolvimento Local: o gerenciamento integrado de resíduos sólidos em Pernambuco. **Revista Contexto & Educação**, [S.l.], v. 25, n. 83, p. 153-175, maio 2010
17. MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Rev. Bras. de Ciências Sociais - RBCS**, v.32, n. 94, jun. 2017.
18. OLINGER, G. **Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil**. Florianópolis: Epagri, 1996.
19. PRIORI, A. et al. A modernização do campo e o êxodo rural. In.: PRIORI, A., et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX** [online]. Maringá: Eduem, 2012. p. 115-127.
20. QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In.: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

21. RAYNAUT, C. et al. Pesquisa e formação na área do meio ambiente e desenvolvimento: novos quadros de pensamento, novas formas de avaliação. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [S.l.], v. 1, jun. 2000.
22. SANTOS, M. O. Extensão Rural e Educação Ambiental Um estudo de caso no Município de Paraíso do Sul-RS. **Revista Visões**, v. 5, 2008.
23. SHIVA, V. **Monoculturas da mente**: Perspectivas da Biodiversidade e da Biotecnologia. São Paulo, Gaia, 2003.
24. SILVA, J. G. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. 192p.
25. SILVA, G. B.; BOTELHO, M. I. V. O processo histórico da modernização da agricultura no Brasil (1960-1979). **Revista de geografia agrária**, v. 9, n. 17, p. 362-387, abr., 2014.
26. SOUZA, J. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003. 207p.
27. TURCHIELO, L. B.; VELA, H. A. G. Educação ambiental e extensão rural no Estado do Rio Grande do Sul. **Ambiente e Educação**, Rio Grande, v. 9, p. 105 - 125, 2004.
28. VIEBRANTZ, K. P. M. Extensão rural: ambiente, agricultura e associativismo. **Revista Grifos**, v. 18, n. 26, p. 35 - 54, 2009.
29. WOLFART, C. Os clubes 4's: os estados unidos e a extensão rural em Marechal Cândido Rondon/PR (1960). In: BATISTA, A. B. et al (Org.). **Anais do V Simpósio de Pesquisa Estado e Poder**: Ditadura, transição e democracia. Marechal Cândido Rondon: 2015. 329p.